



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

JANEIDE DE ARAÚJO BEZERRA

MARCELO FELIPE CARDOSO NASCIMENTO

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO CAPITAL DE GIRO DE UMA
MPE, DADA À CRISE DE 2008: O ATIVO CIRCULANTE DA
EMPRESA ÔMEGA, GUANAMBI/BA.**

GUANAMBI - BA

2013

JANEIDE DE ARAÚJO BEZERRA

MARCELO FELIPE CARDOSO NASCIMENTO

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO CAPITAL DE GIRO DE UMA
MPE, DADA À CRISE DE 2008: O ATIVO CIRCULANTE DA
EMPRESA ÔMEGA, GUANAMBI/BA.**

Monografia apresentada Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Curso de Administração, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Msc. Euclides Santos Bittencourt.
Professor de TCC: M.Sc. Carlos Fernando Faria Leite.

GUANAMBI - BA

2013

JANEIDE DE ARAÚJO BEZERRA
MARCELO FELIPE CARDOSO NASCIMENTO

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO CAPITAL DE GIRO DE UMA
MPE, DADA À CRISE DE 2008: O ATIVO CIRCULANTE DA
EMPRESA ÔMEGA, GUANAMBI/BA.**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Campus XII como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração. Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA / COMISSÃO AVALIADORA

Euclides Bittencourt
M.Sc pela Universidade Federal de Santa Catarina

Marcelo Neves Costa
Esp. Pela Universidade Federal de Lavras - MG

Adyr Pinheiro
Esp.

**GUANAMBI - BA
2013**

Janeide de Araújo Bezerra,

Aos meus pais, Jocerlido e Zelinda e a todos os demais familiares que sempre me deram apoio nessa caminhada.

Ao meu namorado Charlles Tullio pela paciência e compreensão nos momentos de ausência.

A todos os professores que de alguma forma contribuíram para minha formação, em especial o professor e orientador Euclides Bittencourt, pela colaboração e competência, tornando possível o meu sonho.

A todos os colegas da turma e principalmente ao meu colega Marcelo foram pessoas importantes nessa caminhada em fim agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para minha formação.

Marcelo Felipe Cardoso Nascimento,

Aos meus queridos pais, Ilse e Juvenal que sempre me deram apoio e acreditaram em meu potencial, me motivando a todo momento, afirmando que o meu sucesso só dependeria da minha força de vontade.

Aos meus irmãos, Bruno e Marlla que mesmo de longe davam o apoio necessário e que sempre acreditaram em meus ideais e minhas convicções.

A minha namorada Akauyne pela paciência e compreensão onde em alguns momentos não pude estar presente para poder concluir o trabalho.

Ao meu orientador, que colaborou a todo momento e deu todo o suporte para a elaboração do trabalho, auxiliando com ideias e sugestões para melhoria do conteúdo a ser abordado.

RESUMO

Esta pesquisa faz uma discussão sobre a influência causada pela a crise mundial de 2008 no comportamento do capital de giro empresarial de empresas de pequeno porte, dando ênfase no ativo circulante. O estudo faz um paralelo do cenário internacional e nacional com o cenário no âmbito municipal, tendo como objeto de estudo uma empresa do setor de implementos agrícolas que esta situada na cidade de Guanambi – BA. Para a coleta dos dados foi utilizado à análise documental (fonte secundária). O balanço patrimonial foi à fonte de informações, tendo como recorte temporal o período de 2007, 2008 e 2009. O ano de 2007 não foi avaliado, mas serviu como referencial, ou ano base para que fossem avaliados os anos de 2008 e 2009. A partir dos dados coletados na empresa foi possível confrontar com informações extraídas de fontes secundárias de instituições, como SEBRAE, TCU, entre outras. Os resultados foram obtidos através de análise percentual, relativizando as contas do ativo circulante que foi dividido em: caixa, bancos contas movimento, aplicações financeiras, duplicatas a receber e outros créditos e despesas de exercícios futuros. Utilizando ferramentas estatísticas, tais como índice numérico foi possível analisar as variáveis que melhor caracterizavam o problema. A verificação da hipótese, que a crise mundial teve reflexos no capital de giro de uma empresa de pequeno porte, no município de Guanambi/Ba foi ratificada, contudo apesar da relevância pontual, sugere-se ampliação do ensaio, uma vez que as empresas de pequeno porte não estão munidas de ferramental analítico conjuntural sobre as externalidades. Elas estão susceptíveis a sofrerem com momentos de instabilidade devido às incertezas da economia devido à inflação.

Palavras chaves: Crise mundial, Capital de giro; Externalidades; Inflação.

ABSTRACT

This research is a discussion of the influence caused by the global crisis of 2008 in the behavior of working capital business small businesses, with an emphasis on current assets. The study parallels the national and international scene with the scene at the municipal level, having as object of study a company in the sector of agricultural implements this in the city of Guanambi - BA. To collect the data we used documentary analysis (secondary source). The balance sheet has been the source of information, with the time frame of the period 2007, 2008 and 2009. The year 2007 has not been evaluated, but served as the reference or base year for which they were assessed between 2008 and 2009. From the data collected in the company were unable to compare with information from secondary sources of institutions such as SEBRAE, TCU, among others. Results were obtained by analyzing percentage thereby questioning the accounts of assets which was divided into: cash, bank accounts, financial investments, trade receivables and other receivables and deferred expenses. Using statistical tools, such as numerical index was possible to analyze the variables that best characterized the problem. The verification of the hypothesis that the global crisis had an impact on the working capital of a small business in the city of Guanambi / Ba was ratified, however despite the relevance point, it is suggested expansion of the test, since the companies small are not fitted with analytical tools cyclical about externalities. They are likely to suffer with moments of instability due to the uncertainties of the economy due to inflation.

Keywords: World Crisis, Working Capital, Externalities; Inflation.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Trajetória da Inflação no Brasil _____ | 32 |
| Gráfico 2 – Ativo Circulante da empresa ômega _____ | 33 |
| Gráfico 3 – Percentual de oscilação do ativo circulante da empresa ômega _____ | 34 |
| Gráfico 4 – Saldo em caixa da empresa ômega no período 2007, 2008, 2009 _____ | 35 |
| Gráfico 5 – Bancos conta movimento da empresa ômega _____ | 36 |
| Gráfico 6 – Percentual de participação do movimento em conta em relação ao ativo circulante da empresa ômega _____ | 37 |
| Gráfico 7 – Aplicações financeiras de liquidez imediata da empresa ômega _____ | 38 |
| Gráfico 8 – Produtos em estoques da empresa ômega 2007 ,2008 ,2009 _____ | 38 |
| Gráfico 9 – Duplicatas a receber, período 2007, 2008, 2009 _____ | 40 |
| Gráfico 10 – Outros créditos disponíveis no ativo circulante da empresa ômega _____ | 41 |
| Gráfico 11 – Despesas de exercícios futuros da empresa ômega _____ | 41 |
| Gráfico 12 – Inflação x Correção monetária no período de 2007, 2008, 2009 _____ | 42 |
| Gráfico 13 – Inflação x INPC _____ | 43 |
| Gráfico 14 – Capital circulante líquido do período de 2007, 2008, 2009 _____ | 44 |
| Gráfico 15 – Variação do CCL com relação ao ativo circulante do mesmo ano _____ | 44 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|--------|--|
| BRICS | Grupo dos países em desenvolvimento (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) |
| EPP | Empresa de Pequeno Porte |
| EUA | Estados Unidos da América |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INPC | Índice Nacional de Preços ao Consumidor |
| IPI | Imposto sobre Produto Industrializado |
| MPE's | Micro e Pequenas Empresas |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas |
| TCU | Tribunas de contas da União |
| EU | União Europeia |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 OBJETIVO GERAL | 15 |
| 1.2 OBJETIVO ESPECÍFICO | 15 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 15 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 16 |
| 2.1 ASPECTOS ECONÔMICOS | 16 |
| 2.1.1 Cenário econômico de 2008 | 17 |
| 2.1.2 Efeitos inflacionários de 2008 | 17 |
| 2.2 ASPECTOS INFLACIONÁRIO | 18 |
| 2.2.1 Conceito de capital de giro | 21 |
| 2.2.2 Juros | 23 |
| 2.2.3 Riscos | 26 |
| 2.2.4 Endividamento | 27 |
| 2.3 INPC..... | 27 |
| 2.4 CORREÇÃO MONETÁRIA | 28 |
| 3 METODOLOGIA | 29 |
| 3.1 HISTÓRICO DA EMPRESA | 30 |
| 3.2 PROCESSO METODOLÓGICO | 31 |
| 4 RESULTADOS ENCONTRADOS | 32 |
| 4.1 EFEITOS DA CRISE DE 2008 NA EMPRESA ÔMEGA..... | 32 |
| 4.2 PERCENTUAL DE OSCILAÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE..... | 33 |
| 4.2.1 Caixa | 34 |
| 4.2.2 Bancos conta movimento | 35 |
| 4.2.3 Aplicações financeiras | 37 |
| 4.2.4 Estoques | 38 |
| 4.2.5 Duplicatas a receber | 39 |
| 4.2.6 Outros créditos e despesas de exercícios futuros | 40 |
| 4.3 INFLAÇÃO X CORREÇÃO MONETÁRIA | 42 |
| 4.4 INFLAÇÃO X INPC | 42 |
| 4.5 FONTES DE FINANCIAMENTO | 43 |
| 4.5 CAPITAL DE GIRO LIQUIDO..... | 43 |

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 46 |
| 6 REFERÊNCIAS | 48 |
| 7 APÊNDICES | 51 |
| 8 ANEXOS | 52 |
| 8.1 ANEXO A | 52 |
| 8.2 ANEXO B | 55 |

1. INTRODUÇÃO

As empresas têm como referência norteadora para mensurar o desempenho dos processos, o suporte (apoio) na contabilidade de custos e contabilidade empresarial. Elas têm o objetivo de organizar, mensurar, e analisar, a gestão dos recursos empresariais, para que possam ser aplicados da melhor forma possível, assim, uma empresa que cuida bem dos seus recursos tende a ter sucesso em seu negócio, um dos quesitos relacionados na contabilidade de custos e empresarial é o capital de giro, assunto a ser abordado no decorrer do trabalho.

Cabe ressaltar, neste contexto, que 99,2% das empresas brasileiras são constituídas de pequenos negócios, denominadas de micro e pequenas empresas segundo o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/2005). Assim exposto, elas tem o potencial de geração de empregos diretos e indiretos.

Do ponto de vista de capitação de recursos, via capital de giro, vale ressaltar que ainda existem problemas difíceis de sanear em função do risco de mortalidade, ou seja, falta de projetos e plano de negócios que garantam a viabilidade do negócio. Portanto, os gestores, ou pequenos empresários têm um desafio extasiante no acompanhamento das perspectivas do fluxo de caixa dos projetos financeiros. Muitas vezes nem sabem o que significa essa metodologia de gestão.

Nesse cenário de incertezas e conflitos empresariais, sabendo também que existe uma dinâmica sazonal no mundo dos negócios, as mudanças constantes, onde o comércio exterior esta intrinsecamente ligado com a economia nacional, que indiretamente afeta a economia local, tendo um efeito dominó quando é deflagrada uma crise mundial, se faz necessário contribuir com estudos sobre o tema.

O cenário econômico de 2008 nos mostrou a necessidade do “jogo de cintura” para gerir a economia de um país, onde o Brasil sentiu de forma desacelerada a crise, devido à manutenção de parcerias diversas, como a exemplo a China, países do

leste europeu e da Ásia. O EUA que é um dos principais parceiros comercial do Brasil mostrou-se sensíveis às nuances do mercado, não obstante, apesar das garantias políticas do governo brasileiro, o efeito se mostra legitimado hoje a partir da inflação.

Em função da conjuntura econômica, as empresas devem se manter dispostas e preparadas caso venha acontecer eventos que podem afetar o negócio. Algumas práticas devem ser vistas para atenuar problemas, principalmente a gestão do capital de giro.

Portanto, considerando a relevância deste tema, tem-se a motivação de mostrar o comportamento do capital de giro, com enfoque no ativo circulante, dada a crise em 2008, para que contribua no conhecimento de questões oportunas da dinâmica comercial devido a eventos imprevisíveis, tais como uma crise financeira que compromete efetivamente nos ditames dos recursos de capital de giro.

A crise econômica de 2008, tendo como causa principal a liberação de crédito para clientes conhecidos como *Subprimes*¹, criou um problema que até hoje assombra e afeta todo o mercado internacional, onde a zona do Euro sofre com demissões em massa e com um índice de desemprego superior aos 20%, ocasionando inúmeras formas de protestos para melhores condições de trabalho e oportunidade de emprego para todos. A Grécia, por exemplo, que passa por uma situação de insolvência até o momento, esta sendo forçada a buscar recursos do banco da UE para que sua economia não seja ainda mais prejudicada.

A hipótese levantada é que houve uma diminuição significativa no capital de giro das MPE's em Guanambi - BA, no ano de 2008, reflexo da crise e que para verificar esta assertiva será analisada uma EPP como estudo de caso experimental, sobretudo a crise mundial citada como fato gerador do encolhimento do capital de giro das empresas, via política de controle de endividamento, ou pela incapacidade do gestor. A seguir supõe-se que pode ser a causa principal dessa mudança:

¹*Subprimes*: é um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes.

- Reflexos da crise econômica de 2008
- Má gestão do capital de giro
- Despreparo dos gestores para situações inesperadas

A motivação para elaboração deste trabalho é a necessidade de conhecer o comportamento dos recursos de capital giro empresarial frente uma crise mundial, ficando íntimo das soluções e dificuldades que foram encontradas por alguns gestores. Com deficiências na gestão do capital de giro, os recursos ficam escassos, não tendo reservas para enfrentar momentos de crise.

Devido à crise algumas empresas acabaram por demitirem um percentual de seu quadro de funcionários, acarretando assim desemprego e outros problemas sociais.

Assim exposto, este estudo busca visualizar os impactos que a crise econômica de 2008, causou no âmbito empresarial, dificultado a empresa a manter-se ativa, competitiva e para que tenha produtos e/ou serviços para fomentar o mercado.

O estudo desse tema é de grande relevância para os empresários e os estudantes da área administrativa e outras áreas afins, pois mostrará o comportamento do Ativo Circulante analisado no balanço Patrimonial da empresa Ômega. Com a análise os administradores poderão controlar os investimentos feitos pela empresa o que em um momento de crise necessita de atenção redobrada.

O cenário descrito acima, as empresas necessitam de um aporte para que o problema não se alastre e dificulte ainda mais a sua resolução, sendo assim, nascem algumas inquietações, tal como: A crise de 2008 afetou a empresa ômega? A má gestão do capital de giro pode afetar as MPEs, em especial a empresa ômega? Estes são os problemas a serem investigados e será baseado nos dados contábeis de fontes secundárias.

1.1 Objetivo Geral

Avaliar como o capital de giro, associado ao efeito inflacionário, afetou a dinâmica da empresa Pequeno Porte ômega, no período da crise financeira de 2008 no município de Guanambi.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Verificar através dos documentos contábeis da empresa ômega os efeitos da crise em 2008.
- Destacar experimentalmente as formas do contas a receber do empreendimento durante a crise.
- Compreender a dinâmica comercial com foco no capital de giro.

O trabalho esta estruturado em 3 capítulos, no capítulo 1 em evidência a análise do comportamento do ativo circulante na empresa Ômega na cidade de Guanambi-Ba. No capítulo 2, assentamos as intenções da pesquisa em referencial teórico balanceado que trata da questão do capital de giro e a conjuntura econômica mundial, questões como: inflação, juros, riscos, endividamento, correção monetária e INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) faz-se necessario que se tenha uma previa de conhecimentos para melhor entendimento do estudo de caso. No capítulo 3, desenvolve a metodologia, a partir de estudo de caso da empresa ômega a escolha foi aleatoria para que os pesquisadores não fossem tendencios, escolheram apenas uma empresa devido ao excesso de informação e a dificuldade de tabulação dos dados. Por fim, na considerações finais estão as percepções da pesquisa, sobretudo o alcance dos resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O comportamento do capital de giro nas empresas levando em consideração o período da crise em 2008, para a análise, primeiramente faz-se necessário conhecer os aspectos econômicos, cenário econômico em que se encontra a economia brasileira, sendo feito um paralelo com a realidade da cidade de Guanambi, conhecendo também os efeitos inflacionários.

Ao discutir sobre o assunto é necessário estar a par de definições como de capital de giro, juros, riscos, endividamento e de algumas atribuições e nomenclaturas utilizadas em termos técnicos, para melhor análise do estudo que será abordado no decorrer do trabalho, sendo assim, o referencial teórico dá um direcionamento ao leitor para que ele situe e tenha pleno conhecimento dos resultados que serão alcançados com essa monografia.

2.1 Aspectos econômicos

Segundo Vasconcellos (2009) economia é uma ciência social que tem o objetivo de estudar o indivíduo e a sociedade. Ela vai analisar e apresentar propostas para resolver questões da sociedade como: a escassez de matéria prima versus desejos ilimitados das pessoas, controle da inflação, má distribuição da renda, equilíbrio das contas públicas externas e internas, crescimento da produção e do emprego.

Os economistas, observando o crescimento da economia, poderão apresentar propostas para decidirem o que produzir; como produzir e quanto produzir, hoje em dia as empresas enfrentam grandes problemas com similaridade dos produtos analisando o mercado em que a empresa atua poderá prever se o produto tem mercado ou não, daí a grande relevância da economia para o segmento das empresas. O segmento das empresas de pequenos porte e/ou micro e pequenas empresas (MPE) por muito são afetadas por políticas econômicas, ou até mesmo por cenários econômicos adversos, tal como foi desenhado no ano de 2008.

Um fator que contribuiu fortemente para a expansão das MPE, segundo artigo publicado por GABRIEL (2009), foi o fenômeno da terceirização que impulsionou o segmento de MPE na área de serviço e que nasceu da alternativa das grandes

empresas na redução de elevada carga tributária, que em especial assolava as folhas de pagamento com as contribuições previdenciárias. Desta forma as grandes empresas foram acabando com departamentos próprios de limpeza, segurança, portaria e outros, substituindo pela contratação de empresas terceirizadas.

Com a crise de 2008 o crédito no mercado financeiro brasileiro ficou mais caro devido à fuga do capital estrangeiro, as grandes empresas passaram a captar recursos no mercado doméstico afetando o crescimento das pequenas empresas aumentando assim o número de desempregados.

2.1.1 Cenário econômico de 2008

Pimentel(2008) nos mostra que nesse mesmo ano, o cenário econômico já enfrenta o primeiro grande teste, com os problemas no mundo financeiro global em desaceleração e a crise nos Estados Unidos da América – EUA, em meio a pressões inflacionárias crescentes e preocupantes em muitos países latino-americanos. Estudos da Economist Intelligence Unit – EIU acusa moderada desaceleração do crescimento econômico, visto apresentar para o PIB, taxa de crescimento médio de 4,3% para 2008. Portanto, a crise americana deverá contaminar, para mais ou menos, as economias latino-americanas, dentre elas a brasileira. Porque nenhuma economia mundial atua isoladamente.

2.1.2 Efeitos inflacionários de 2008

A crise de 2008 deu-se início devido à facilidade dada pelos bancos Lehman Brothers, Fannie Mae, Freddy Mac, Bear Stearns, Merrill Lynch, AIG e etc., em conceder crédito a pessoas que iriam investir no mercado imobiliário e que não tinham nenhuma ou poucas garantias de renda para que pudessem quitar suas dívidas e a partir desse tipo de empréstimos, com esse tipo de carteira de clientes, os bancos e financeiras mascararam esses empréstimos em contratos de hipotecas garantindo o lastro da moeda, e após disso vendeu esse títulos aos possíveis investidores. Os bancos tiveram uma visão otimista quanto a esse perfil de clientes, que crescem bastante, onde eles não possuem renda fixa, a exemplos

empreendedores e outras categorias. Porém, o que os bancos não contavam é que teria um aumento na taxa de juros no país e com esse aumento, essa classe não conseguiria arcar com seus compromissos. O agravamento da crise deu-se a partir do momento que as instituições financeiras tiveram a dimensão do índice de inadimplência que não tinha sido o calculado, percebido isso os investidores e instituições tentaram vender esses títulos acarretando em um evento conhecido como efeito “manada”, desvalorizando a cada momento essas títulos (lei da oferta e da procura). A partir desse problema, foram surgindo outros, os bancos perderam sua credibilidade, afetando assim outros tipos de papéis semelhantes aos citados, e com isso os bancos e financeiras, que anteriormente compraram os papéis lastreados em hipotecas, ficaram em mãos com títulos desvalorizados ou sem valor algum. Além dos aspectos inflacionários que se debelaram pelo mundo afora. No Brasil, por conta de uma política fiscal restritiva e uma política monetária controlada por metas de inflação o efeito a priori não foi tão catastrófico, mas no longo prazo o poder de compra vem sendo deteriorado devido a uma inflação de custos fruto do desbalanceamento na balança comercial.

2.2 Aspectos inflacionários

Assaf Neto (2008, p.28) descreve que a inflação é um fenômeno econômico e pode ser interpretada como uma variação (aumento) contínua nos preços gerais da economia durante certo período de tempo.

Esse aumento da inflação provoca a perda do poder de compra dos consumidores que reduziram suas compras e conseqüentemente a produção diminuirá prejudicando assim o crescimento das micro e pequenas empresas que depende do consumo para sobreviverem.

Segundo Assaf Neto (2008) numa visão clássica, a inflação pode ser classificada como inflação de custos e inflação de demanda.

A inflação de custos é um processo de elevação da taxa de juros, salários e câmbios que determina um acréscimo nos custos de produção. A inflação de demanda, outro lado, é determinada pela expansão dos meios de pagamentos acima da capacidade de crescimento apresentada pela economia, produzindo um excesso de recursos (rendimentos) na economia. Assaf Neto (2008, p.29)

Neste mesmo entendimento, Lanzana (2012) complementa afirmando que a inflação se apresenta de três tipos: de demanda, de custos e inercial. A inflação de demanda é causada por excesso de procura em relação à oferta disponível. A inflação de custos é causada por pressões de custos e consequente repasse para os preços. A inflação inercial ocorre independente de pressões de custos ou de demanda ela esta associada aos mecanismos de indexação da economia, e é garantida por (lei ou por prática) de reajustar os preços com base na constatação da existência da inflação. Preços, câmbio, salários, ativos financeiros tem seus valores reajustados porque existe inflação. Se a indexação é plena, inflação de hoje passa a ser o “piso” para a inflação de amanhã.

Para Gremaud, Vasconcellos e Junior (2009, p. 95) a inflação é definida como aumento generalizado e contínuo dos preços. Na concepção desses autores a inflação se apresenta de dois tipos: a inflação de demanda e a inflação de custos. A inflação da demanda ocorre quando há excesso de demanda em relação à produção disponível. Já a inflação de custos apresenta com aumento dos preços das matérias-primas, aumento dos salários sem aumento na produtividade e elevação da taxa de juros.

Ainda na visão dos autores citado acima a inflação gera efeitos negativos na balança de pagamentos por desvalorizar a moeda nacional e a taxa de câmbio. O que pode levar a busca de moeda estrangeira como reserva de valor e provocar a fuga de capitais. Outro efeito é a distribuição da renda, pois os preços sobem, mas os salários de determinados setores não sobem, eles acabam perdendo com o aumento inflacionário.

É necessário ressaltarmos que a inflação não ocorre apenas com o aumento do preço de bem ou serviço. Ela se dá de forma diferente para cada bem ou serviço daí a dificuldade de calcular o índice da inflação de cada produto ou serviço.

No pensamento de Lanzana (2012) a crise atingiu o Brasil só no final de 2008. O governo Lula, para evitar que o país entrasse em colapso incentivou a demanda agregada com desoneração de impostos de alguns setores, expandiu os gastos públicos com funcionários reajustou as aposentadorias, elevou o programa bolsa família e ampliou o acesso ao crédito. Com essas medidas o governo conseguiu recuperar a economia no 2º semestre de 2009, no entanto as medidas adotadas pelo governo não impediu uma desaceleração de 0,3% do PIB no ano todo.

No governo de Dilma as estratégias de administrar não foram alteradas, mas sofreram alguns reajustes que vale a pena comentar:

Lanzana (2012, p. 162) o governo abriu mão de buscar o centro da meta da inflação em 2011, que era 4,5%, passando assim considerar também o crescimento na busca da meta de inflação; a política monetária que era quase exclusivamente conduzida via taxa de juros no governo anterior, passou também a incorporar medidas de contenção do crédito através da maior utilização do depósito compulsório (na época, chamada de medidas macroprudenciais).

Dentre as medidas macroprudenciais, a contenção do crédito estrangula as empresas, uma vez que, elas dependem desse aporte para dar continuidade ao processo produtivo. Não obstante, vale ressaltar que o vilão está para além da política de restrição do crédito, porque a taxa de juros, ou seja, a taxa SELIC orientada pelo BACEN deixa as empresas em contenção geral do capital de giro.

2.2.1 Conceito de Capital de giro

Conforme Assaf Neto e Silva (2009, p. 13), “uma administração inadequada do capital de giro resulta normalmente em problemas financeiros, contribuindo efetivamente para a formação de uma situação de insolvência”.

Quando o capital de giro não é gerido adequadamente acarreta inúmeros problemas, como problemas financeiros, acabando por a empresa entrar no estado de falência ou concordata, diminuição do quadro de funcionários, problemas estes que podem não ser mais sanados.

Segundo ROSS, WESTERFIELD E JAFFE: a expressão “capital de giro” “refere-se aos ativos a curto prazo da empresa”.

Apresenta como os ativos circulantes e passivos circulantes que corresponde às contas a receber, os estoques, dinheiro em caixa que circula no período de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias).

Segundo ASSAF NETO E SILVA: “A administração do capital de giro diz respeito à administração das contas dos elementos de giro, ou seja, dos ativos e passivos correntes (circulantes), e às inter-relações existentes entre eles”.

A boa gestão desses capitais é de fundamental importância para saúde financeira das empresas de pequeno porte, pois a má gestão pode acarretar problemas como: a falência e a perda liquidez.

Segundo RICHARD T. CHERRY, "o conceito de capital de giro como ativo corrente visa diretamente ao ciclo recorrente da caixa ao estoque, do estoque às contas a receber e de volta à caixa. Na sequência convencional do fluxo, os recursos financeiros aparecem primeiro como caixa disponível. A caixa é usada para adquirir estoque, o qual é processado e colocado à venda; à medida que o estoque é vendido, os recursos financeiros fluem para contas a receber, para manter o crédito dos clientes, e finalmente volta para a caixa, conforme as contas são cobradas" (Introdução à Administração Financeira, São Paulo, Atlas, 1975, apud Enciclopédia Saraiva de Direito, verbete cit., p. 95).

O capital de giro é extremamente relevante, quando é tratada a viabilidade e a rentabilidade de um negócio, sem o planejamento adequado do capital de giro, a empresa necessariamente está fadada a falência. Ele vai muito além da movimentação do dinheiro em si, vai da compra da mercadoria até a finalização de um pedido.

O administrador de qualquer empreendimento deve voltar os olhos para o capital de giro com pouco mais afinco, pois ele garante que o empresário não venha a se indviduar, trazendo prejuízos imediatos e futuros para “sair do vermelho”, pagando altas taxas de juros, ocasionando em ônus para a empresa.

As instituições financeiras ofertas diversas linhas de crédito para agregar ao capital de giro já existente. Um empréstimo bem planejado, pode trazer resultados bastante consideráveis para qualquer negócio, podendo o empreendedor aproveitar uma queda nos preços dos produtos e pode barganhar mais facilmente com os fornecedores.

O ativo circulante, conforme Assaf Neto (2001, p.149), “constitui-se no grupo de maior liquidez que se apresenta no ativo da empresa, afetando e sendo afetado, significativamente, suas atividades operacionais”.

O administrador da empresa deve buscar conhecer o negocio em que atua, procura fontes de financiamento e como aplica-los na empresa está sempre ligado nas mudanças para que a empresa não seja pega de surpresa.

“A politica de crédito das empresas envolve a analise de prazos concedidos por seus fornecedores para o pagamento e os fornecidos aos clientes para recebimento.” (NEITKE; OLIVEIRA, 2011, P. 119 *apud* WALTER, 1988).

Analisando as empresas percebemos que a falta de credito está relacionada com a entrada e saída de dinheiro do caixa, ou seja, quanto tempo os fornecedores deram de prazo para a empresa quitar a fatura e quanto de prazo a empresa repassou para o cliente final e os juros a pagar.

2.2.2 Juros

O governo é quem aumenta ou reduz a taxa de juros, quando o governo reduz a taxa de juros aumenta os meios de pagamentos e quando aumenta a taxa de juros a oferta de créditos se contrai.

No mercado doméstico as famílias deixam de consumir para pouparem, as pessoas sentem mais dificuldades em pagar suas prestações.

Já para os empresários a taxa de juros interfere nas decisões de investimento: o empréstimo fica mais caro, a compra de estoque deve ser reduzida tanto de matéria prima como de produtos acabados, pois o custo de carregar estoque é muito, ou está deixando de aplicar no mercado financeiro caso tenha recursos.

Para o país a taxa de juros tem papel importante no controle da dívida interna. Com o aumento da taxa de juros a dívida interna cresce, essa situação ocorreu em 1993 quando o PIB passou de 29% para mais de 50% do PIB no início de 2002. (LANZANA, 2012).

Segundo Lanzana, (2012) os juros podem ser classificados como taxas de juros nominais e taxas de juros reais. A taxa de juros nominal é aquela cobrada independente da inflação. E a taxa de juros real é descontada após a inflação. E ela pode ser negativa se a taxa nominal for menor que a inflação. O que pode ser verificado na economia brasileira nos períodos de 1999 e início de 2000, nota-se a taxa de juros reais negativa, em relação às oscilações da inflação.

O conceito de juros é tão antigo que é citado nos textos bíblicos. A origem do termo “por cento” tem registro na aritmética comercial dos séculos 15 e 16, onde era comum descrever a taxa de juros em termos de centésimos.

Em sua forma de apuração mais simples, encontram-se os juros acumulados multiplicando-se a taxa por períodos pela quantidade “de períodos”, conforme fórmula a seguir (Figura 1.1):

Figura 1.1 Fórmula Juros Simples.

$$J = i \times n$$

Onde: J = taxa de juros acumulada

i = taxa de juros por período

n = período

Em sua forma composta, o resultado final dar-se-á por uma progressão geométrica, conforme fórmula a seguir (Figura 1.2):

Figura 1.2 Fórmula Juros Compostos.

$$J = (i \times 1)^n - 1$$

Onde: J = taxa de juros acumulada, em %

i = taxa de juros por período, em %

n = período

Pela natureza da construção dos dois cálculos, o formato dos juros compostos representará, ao final, um montante maior. Na Tabela 1.1, a seguir, encontra-se um exemplo com taxa de 1% ao mês.

Tabela 1.1 Juros Simples x Juros Composto.

| Mês | Juros Simples | Juros Compostos |
|-----|---------------|-----------------|
|-----|---------------|-----------------|

| | | |
|-----|------------|------------|
| 0 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 1 | 101.000,00 | 101.000,00 |
| 12 | 112.000,00 | 112.682,50 |
| 24 | 124.000,00 | 126.973,46 |
| 36 | 136.000,00 | 143.076,88 |
| 48 | 148.000,00 | 161.222,61 |
| 180 | 280.000,00 | 599.580,20 |

Fonte: elaborado pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

O crescimento exponencial na aplicação dos juros compostos transformou esse método, historicamente, em um símbolo de manifestação da usura nas relações comerciais.

NIEMEYER (2004, p.64)

O conceito jurídico de juros é o mesmo da Economia. Nada obstante o direito estende a possibilidade de incidirem nas relações jurídicas cujo objeto seja coisa fungível diversa do dinheiro. A essência dos juros, porém, como eles modificam o mundo dos fatos, é aquela haurida na economia. O direito, ao emprestar o conceito de juros como fato jurígeno, gerador de obrigações, disciplina seus efeitos e dá azo a que se reconheça uma categorização segundo a causa final ou fundamento da incidência de juros.

Segundo SILVA (2007, p.217)

Juros do ponto de vista econômico, significam a remuneração do

capital, ou seja, o valor cobrado pela utilização do capital de alguém por outrem. Grosso modo, os juros podem ser comparados, no âmbito desse ponto de vista, a um aluguel: enquanto aquele que utiliza um bem alheio deve pagar a este um determinado valor, o que priva o capital de outrem por algum tempo deve a este também certo valor. Este quantum devido é chamado, com certa frequência, de “preço do dinheiro”, imagem bastante explicativa, ainda que os juros não fluam somente da privação da pecúnia.

Segundo MONTEIRO (2007, p.332)

Juros são o rendimento do capital, os frutos produzidos pelo dinheiro. Assim como o aluguel constitui o preço correspondente ao uso da coisa no contrato de locação, representam os juros a renda de determinado capital.

2.2.3 Riscos

Biderman (2006) define risco como a possibilidade de perda ou ganho de dinheiro em um investimento em virtude de fatos imprevisíveis que podem ocorrer, alterando assim o valor dos bens, créditos e patrimônio. Tal possibilidade é compensada com os juros, visando obter lucros.

Assaf Neto (2006), entende risco como uma provável perda ou prejuízo decorrente de uma exposição ao mercado financeiro. Estas perdas podem ser originadas por diversos eventos como uma grande variação nos preços dos ativos e variações de taxas de juros.

Duarte (2005) define risco como um conceito “multidimensional” envolvendo quatro grandes grupos: risco de mercado, risco operacional, risco de crédito e risco legal.

2.2.4 Endividamento

A falta de crédito nas empresas envolve uma análise dos prazos concedidos por seus fornecedores para pagamento e aos seus clientes para o recebimento (NEITZKE; OLIVEIRA, *apud* WALTER, 1988).

A falta de crédito está relacionada com a entrada e saída de dinheiro da empresa, ou seja, quanto de tempo o fornecedor deu de prazo para a empresa quitar a fatura e o quanto de a empresa repassou para seu cliente final.

Feitas (KEYNES, *apud*, 1973) em de seus artigos sobre a crise de 1929 argumenta que os bancos podem apresentar um comportamento míope liberando crédito a clientes já devedores colocando em risco a própria solidez do banco.

Para limitar a instabilidade da economia o Banco Central criou regras para que os bancos tenham controle na liberação dos créditos verificando estabilidade de seus clientes, se já são devedores, quais suas estratégias de investimento para o empréstimo tomado.

2.3 INPC

(Índice Nacional de Preços ao Consumidor) é medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde setembro de 1979. Ele é obtido a partir dos Índices de Preços ao Consumidor. Os dados levantados INPC apresenta variação nos preços no mercado varejista, mostrando, assim, o aumento do custo de vida da população. Seu principal objetivo é da suporte nas negociações salarias.

Por exemplo, se a cesta básica passar de R\$ 100,00 para R\$ 150,00, uma família que tenha renda de um salário mínimo sentirá muito mais esse aumento que uma com renda de nove salários mínimos. Porque o peso dos juros é maior nos salários das famílias que recebem 1 salário mínimo do que nos salários das famílias que ganham nove salários mínimos.

Além disso, o gás de cozinha (dentro do grupo habitação) e o preço das passagens de ônibus (dentro do grupo transporte) também têm maior peso no INPC.

O INPC é calculado no período do dia 1º ao dia 30 ou 31, dependendo do mês. A pesquisa é realizada em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios (para verificar valores de aluguel) e concessionárias de serviços públicos. Os preços obtidos são os efetivamente cobrados ao consumidor, para pagamento à vista.

São considerados nove grupos de produtos e serviços: alimentação e bebidas; artigos de residência; comunicação; despesas pessoais; educação; habitação; saúde e cuidados pessoais; transportes e vestuário. Eles são subdivididos em outros itens. Ao todo, são consideradas as variações de preços de 465 subitens.

As famílias que o INPC abrange é de rendimentos entre 1 e 6 salários mínimos residentes nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, município de Goiânia e Distrito Federal.

2.4 Correção Monetária

A correção monetária são reajustes feitos na economia para evitar a perda do valor da moeda. Ela é considerada pelo Conselho Federal de Contabilidade como ferramenta fundamental da contabilidade. Que irá auxiliar o administrador na gestão da sua empresa.

Como afirma Luís Padoveze (1997, P.77):

a correção monetária de balanços nada mais reflete do que os efeitos da inflação nas contas patrimoniais, portanto, perdas e ganhos monetários dos ativos e passivos são relacionados com as contas da demonstração dos resultados que tem correlação direta com esses elementos patrimoniais.

O objetivo principal da correção monetária segundo Almeida (1995) é, empregar os efeitos da inflação sobre os elementos patrimoniais de maneira que as demonstrações sirvam para fins gerenciais e retratem a real situação da empresa analisada.

3 METODOLOGIA

Para o conhecimento científico, o método é muito importante para aplicar a sua verificação. De acordo com Ferreira (1999, p.1328), método significa:

[...] do grego *méthodos*, caminho para chegar a um fim. Caminho pelo qual se atinge um objetivo. Programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado. Processo ou técnica de ensino. Modo de proceder; maneira de agir; meio. Tratado elementar. Prudência, circunspeção; modo judicioso de proceder; ordem.

Ainda há outros teóricos que descrevem o método científico, mas que é definido de forma mais específica por Gil (1999, p.26): “Pode-se definir método como o caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

A pesquisa será feita utilizando como ferramenta a análise documental do Balanço patrimonial da empresa ômega, dando ênfase no ativo circulante, confrontando com dados encontrados no IBGE, Sebrae, e outras instituições. O estudo de caso em questão será experimental exploratório e mostrará a influência que a inflação ocasionou em uma empresa que revende implementos agrícolas situada na cidade de Guanambi-BA.

Os dados a serem coletados vão compor, junto com alguns indicadores, os resultados que virão. A pesquisa terá caráter qualitativa-quantitativa, onde serão tabulados dados quantitativos, dando inferências qualitativa no método de trabalho da empresa em questão.

Para Yin (2001), essa pesquisa é classificada inclusive como estudo de caso exploratório, pois além de planejar, coletar, analisar e apresentar posteriormente os resultados desse estudo, ele também tem como objetivo o desenvolvimento de hipóteses e proposições pertinente ao problema em questão.

A pesquisa envolveu três etapas, básicas:

- Escolha da empresa. A escolha foi aleatória para que os pesquisadores não fossem tendenciosos
- Coleta dos dados contábeis com a empresa
- Organização, análise, tabulação dos dados para que ficassem o mais simples facilitando o entendimento do leitor

Para visualizar os efeitos da crise, foi levado em consideração o ano de 2007, o tendo como ponto de referência, para que o ano de 2008 e 2009 fossem analisados, sendo o pré-crise, a crise propriamente dita e o pós crise, respectivamente. O período em questão foi escolhido por se mostrar mais visíveis as fases antecessoras e sucessoras à crise.

A empresa escolhida tem como ramo de atividade a venda de implementos agrícolas, sendo assim, a escolha foi intencional para que o método experimental pudesse nos mostrar os reais efeitos da crise, por que o setor da agricultura e todos os que o compõe direta e indiretamente, sofreram com os efeito da crise mundial e os produtos comercializados pela empresa ômega são de grande maioria importados.

3.1 Histórico da empresa ômega

A empresa ômega, uma empresa que atende todo sudoeste da Bahia e norte de Minas Gerais, já atua no mercado há mais de 15 anos e presta serviços e comercializa produtos de qualidade, e é sinônimo de eficiência no ramo de implementos agrícolas.

Na empresa ômega o cliente encontra uma equipe técnica especializada, composta por profissionais capacitados e com experiência nacional e internacional, oferecendo soluções e estamos aptos a auxiliar o cliente em aspectos que influenciam a sua produção agrícola.

Hoje a empresa aumentou a sua atuação, ultrapassando os limites do estado da Bahia, atualmente prestamos serviços no estado de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

3.2 Processos Metodológicos

Este trabalho é um estudo de caso experimental onde foi analisado o balanço patrimonial da empresa ômega, dando ênfase ao ativo circulante, sendo cruzado os dados com fontes secundárias como SEBRAE, TCU. Os dados analisado foram esboçados em forma de gráfico para melhor visualizar os resultados.

O estudo de caso teve como espaço amostral uma única empresa, por ser experimental. Foram buscados dados de uma empresa do setor agrícola para que melhor caracteriza-se o estudo.

Os dados foram obtidos em uma pesquisa documental, analisando os dados contábeis dos exercícios 2007,2008 e 2009. Para organização dos dados fora necessário o uso de uma ferramenta do Microsoft office, mais exato o Excel, onde esta ferramenta facilitou a criação dos gráficos e o posicionamentos adequado das informações.

Na análise os documentos foram organizados em ordem temporal distribuindo os dados em seus respectivos período e com o cruzamentos dos dados foram produzidas informações que nos ajudaram a encontrar os resultados.

4 RESULTADOS ENCONTRADOS

A análise dos dados foi baseada no ativo circulante da empresa no período de 2007, 2008, 2009. A partir dessa análise foi encontrada uma oscilação que é inversamente proporcional à inflação do período como mostram os gráficos a seguir:

4.1 Efeitos da crise de 2008 na empresa Ômega

A pesquisa nos trouxe resultados bastante interessantes, onde o ativo circulante da empresa em questão cruzando com o percentual da inflação no período, deu-nos todo o aporte necessário para análise dos cenários. Os gráficos (1 e 2) a seguir mostram alguns achados:

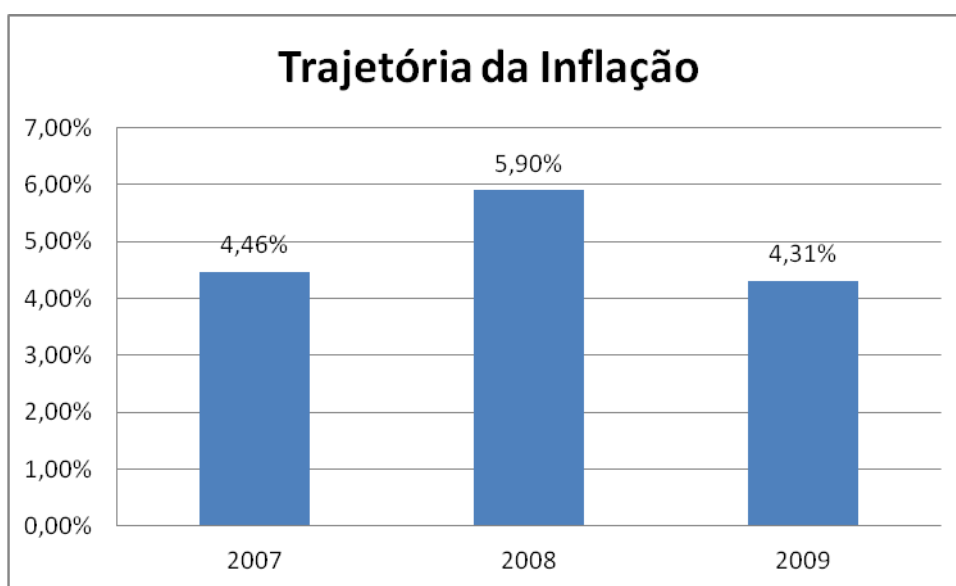


Gráfico 1 – Trajetória da Inflação no Brasil – Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/2010

O Gráfico 1 nos mostra o comportamento da inflação do período 2007,2008,2009. Já podemos visualizar que diante a crise o aumento da inflação foi bastante considerável, passando de 4,46% no ano de 2007, para 5,90% no ano de 2008. Em 2009, devido às medidas adotadas pelo governo federal, como a exemplo redução de IPI, redução nas políticas fiscais, a inflação sofre uma redução e fecha o exercício com 4,31%.

O gráfico a seguir (2) mostra os valores do ativo circulante da empresa ômega no período de 2007, 2008, 2009.

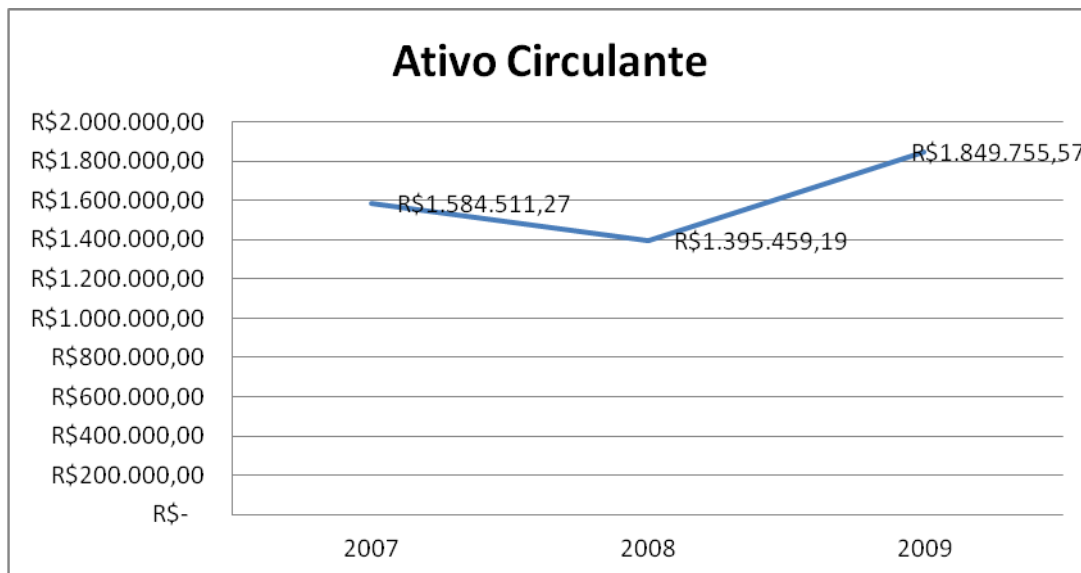


Gráfico 2 – Ativo Circulante da empresa ômega – Elaborado pelos autores, tendo como fonte o balanço patrimonial.

Percebemos que a trajetória do ativo circulante da empresa ômega, mostra que de 2007 para 2008 o mesmo sofreu uma diminuição e que em 2008 para 2009 teve um aumento, e que em 2009 a recuperação foi superior ao ano de 2007.

4.2 Percentual de oscilação do Ativo Circulante

O ativo circulante é uma referência aos bens e direitos que podem ser convertidos em dinheiro em curto prazo, nesse contexto é possível perceber que no ano de 2008, início do reflexo da crise econômica no Brasil, houve uma queda de 11,93% em relação ao ano de 2007, uma redução bem considerável do ativo circulante empresarial. Sendo assim é possível perceber que a empresa ômega diminuiu nesses períodos os seus bens e direitos, como a exemplo, duplicatas a receber, dinheiro em caixa e etc.

Já no ano de 2009, houve uma ascensão de 32,56% em relação a 2008, e que as medidas tomadas pelo governo federal para combater a crise surtiram efeito logo no ano de 2009 com uma evolução bem significativa do percentual do ativo circulante da empresa.

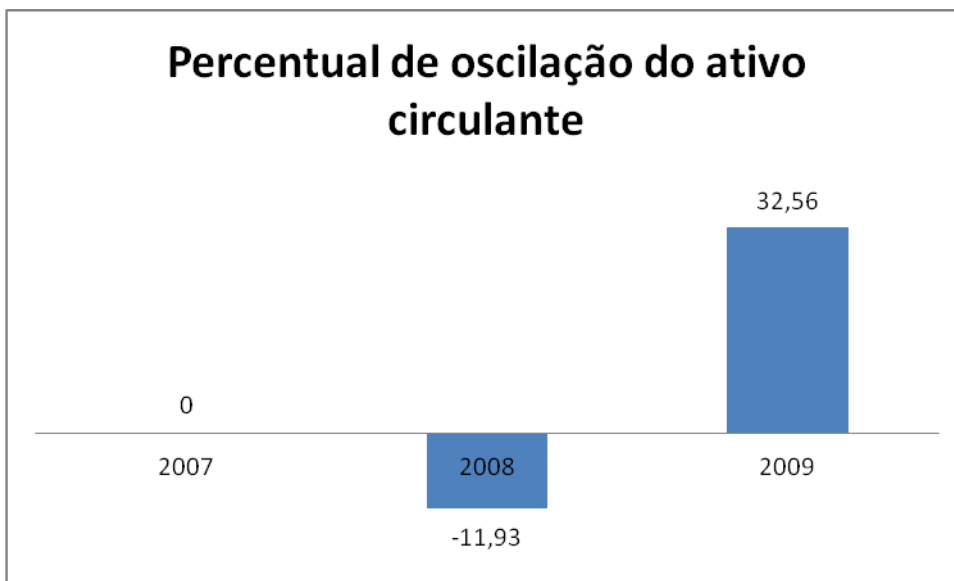


Gráfico 3 – Percentual de oscilação do ativo circulante da empresa ômega – Elaborado pelos autores, fonte Balanço patrimonial.

4.2.1 Caixa

A análise do balanço patrimonial indica que o caixa da empresa ômega apresenta uma diminuição gradativa do período em questão, 2007, 2008, 2009, e que essa diminuição indica que a empresa no ano de 2007 e 2008, reteve em caixa seus recursos como método de prevenção, sabendo que na economia brasileira as fragilidades estavam em latências em função do cenário internacional tendo como desdobramentos a crise nos Estados Unidos. Em 2009, com os incentivos dados pelo governo federal, a empresa utilizou desses recursos acumulados nos anos anteriores, para investir em produtos para revenda.

Abaixo se demonstra o quadro do caixa da empresa quando a crise citada foi estabelecida e mostra-se também a preocupação do gestor em fazer encaixes e desencaixes. Percebe-se que o saldo líquido do caixa teve uma tendência de minimizar os encaixes monetários como uma forma de proteção, sobretudo maximização dos recursos existentes na empresa. Nota-se, que a empresa estabeleceu um quadro recessivo no controle do capital de giro, uma vez que, diminuiu a pauta de empréstimos correntes. Isso a empresa mostrou

oportunistamente, aproveitando uma grande recuperação do mercado no ano de 2009 com um crescimento de cerca de 30%.

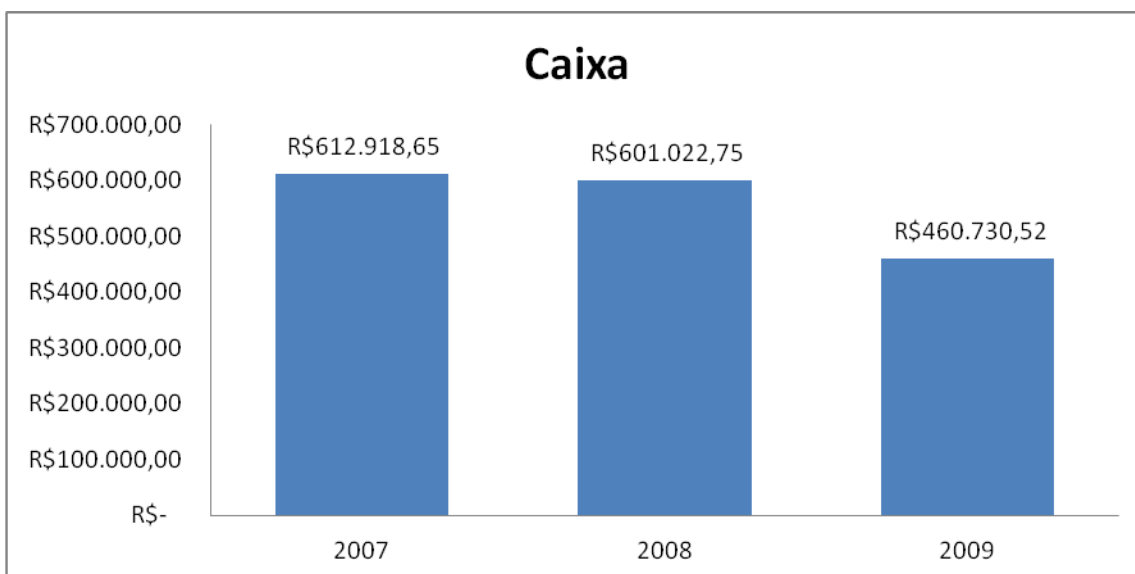


Gráfico 4 – Saldo em caixa da empresa ômega no período 2007,2008,2009 – Elaborado pelos autores com base no balanço patrimonial.

4.2.2 Bancos conta Movimento

Com a movimentação bancária os reflexos citados nos tópicos anteriores não seriam diferentes. O gráfico a seguir demonstra a oscilação do período.

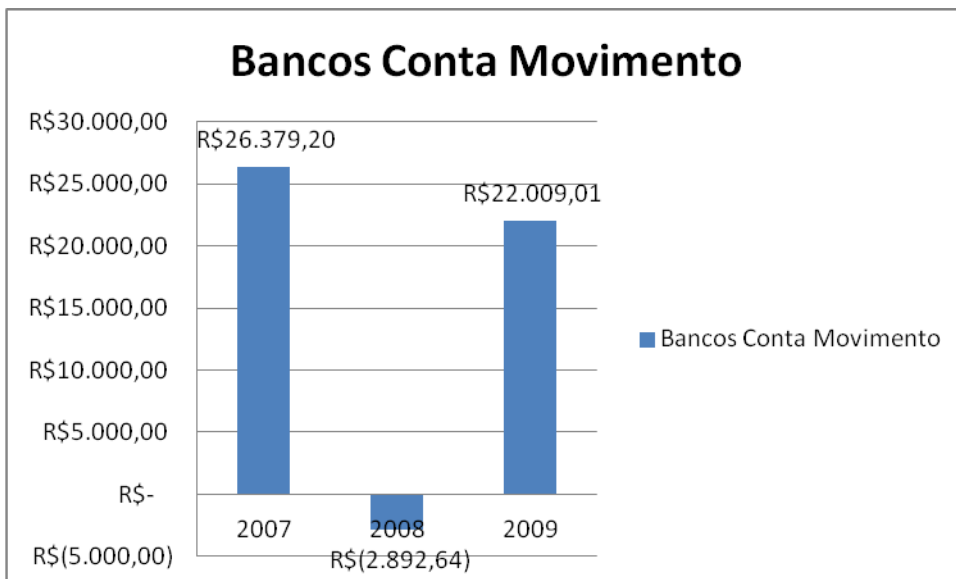


Gráfico 5 – Bancos conta movimento da empresa ômega – Elaborado pelos autores com base no balanço patrimonial.

A movimentação em conta no período exposto mostra que em 2007 a empresa movimentou uma quantia acima de R\$25000,00 reais e que no ano de 2008 o saldo na conta de movimentação bancária ficou negativo. Em 2009 o crescimento é visivelmente claro.

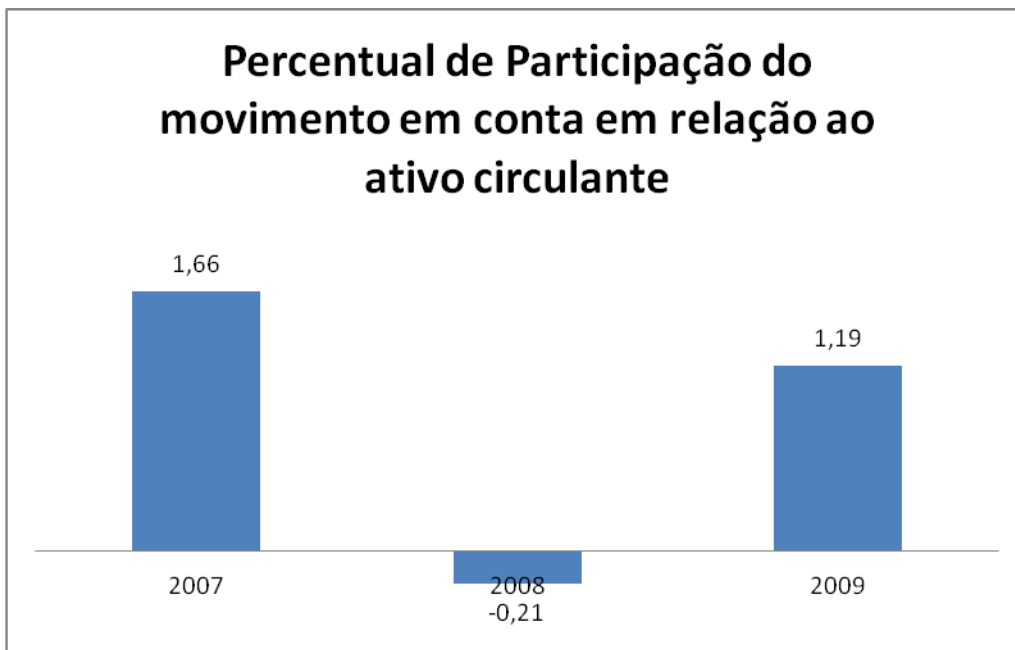


Gráfico 6 – Percentual de participação do movimento em conta em relação ao ativo circulante da empresa ômega – Elaborado pelos autores com base no balanço patrimonial.

O gráfico demonstra que o percentual de movimentação em conta do passou de 1,66% em 2007, para -0,21% em 2008. Em 2009 há uma ascensão para 1,19%.

4.2.3 Aplicações Financeiras

O empreendedor, como é visível na conta caixa, busca no ano de 2008 resguardar seu patrimônio para que tenha reservas diante das insegurança que o mercado financeiro. Além da garantia de dinheiro na hora, as aplicações financeiras de liquidez imediata garantem também uma rentabilidade acima da inflação.

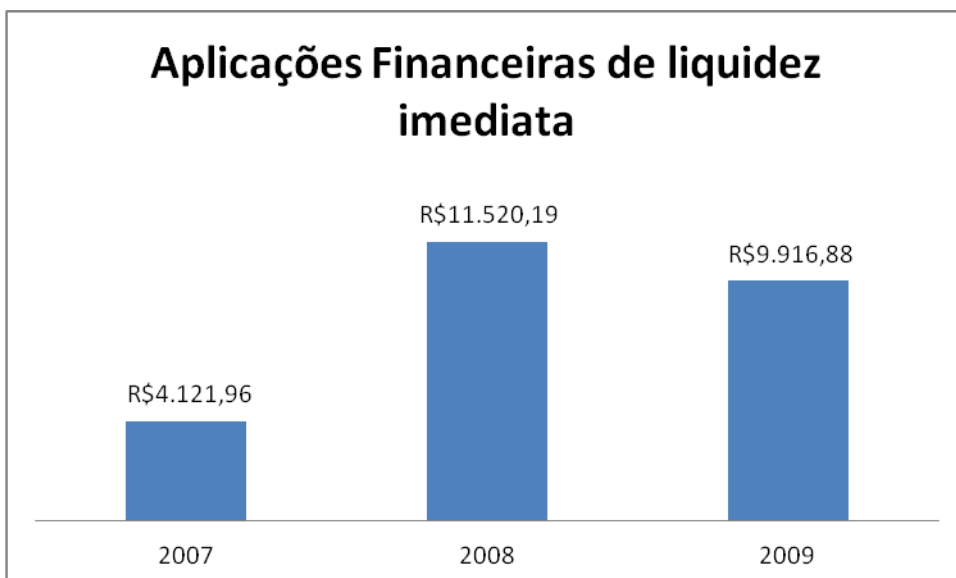


Gráfico 7 – Aplicações financeiras de liquidez imediata da empresa ômega – Elaborado pelos autores com base no balanço patrimonial.

4.2.4 Estoques

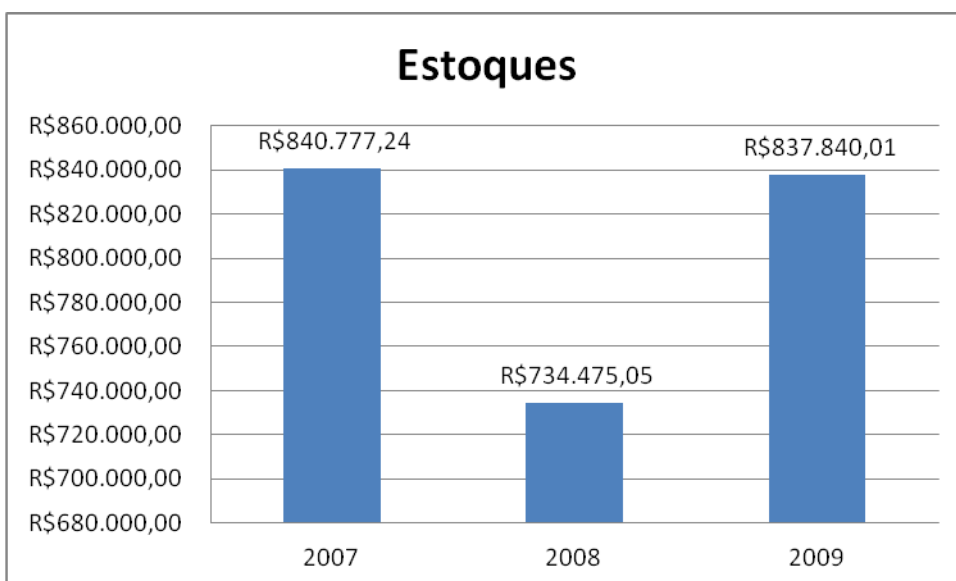


Gráfico 8 – Produtos em estoques da empresa ômega 2007,2008,2009 – Elaborados pelos autores com base no balanço patrimonial.

Em 2007 o empresário investiu um montante bastante considerável em estoque, pois as vendas no período estavam com uma constância que garantia uma segurança e rentabilidade do negócio. Até então, não se imaginava a crise que iria surgir no ano seguinte, por mais que já existiam alguns indícios, assim a manutenção de estoque da empresa era a necessária para garantir a entrega dos

produtos aos clientes. Logo em 2008, depois de deflagrada a crise, percebemos que o empresário decidiu conter os investimentos no estoque, porque a partir do momento que a crise foi levada a sério houve uma procura menor pelos bens e serviços ofertados pela empresa, e isso justifica o menor investimento em estoque no ano em questão. Em 2009 analisando o cenário pós-crise, percebemos que com o incentivo do governo como redução do IPI, redução de tributos para EPP, e facilidade de acesso ao crédito, o investimento com o estoque teve uma ascensão, chegando a um número expressivo em investimento de estoques, que se assemelha ao ano de 2007, mostrando uma rápida recuperação. O setor agrícola, que é o ramo de atuação da empresa ômega, seguiu esse mesmo percurso, houve uma queda brusca na procura de maquinários agrícolas, em 2007, pois a maioria das *commodities* agrícolas eram vendidas aos estados unidos e a empresa ômega vende máquinas para produtores que exportam para os EUA, logo com a economia norte americana enfraquecida, a taxa de exportação sofreu forte redução. Em contrapartida a manutenção de parcerias com os BRICS e países do leste Europeu garantiu a estabilidade e recuperação do setor.

4.2.5 Duplicatas a receber

As duplicatas a receber é uma garantia que a venda de um produto serviço foi efetuada, nesse sentido essa conta é um balizador da empresa para que seus investimentos sejam feitos, investimentos esses, que podem ser da reforma das instalações da empresa, até a compra e negociação de produtos com fornecedores.

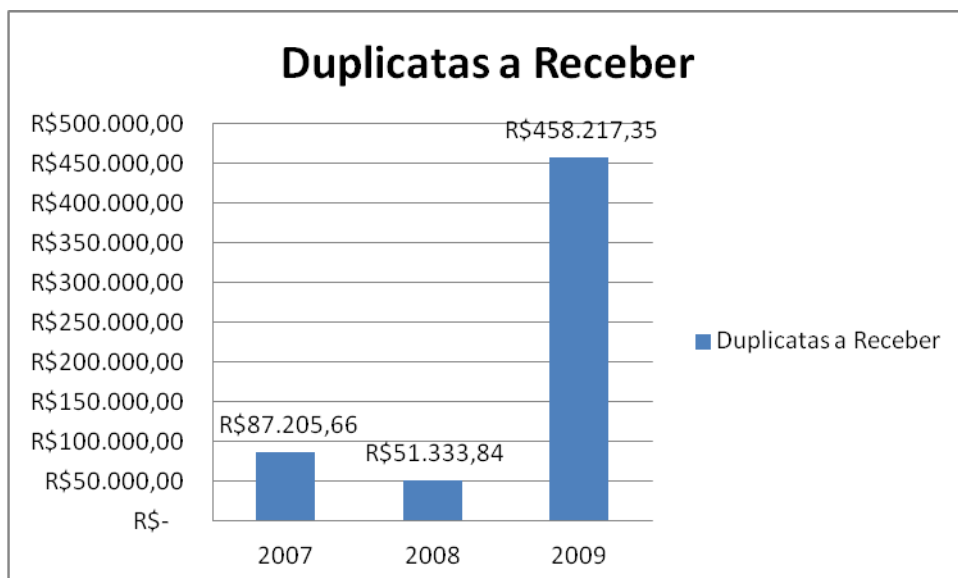


Gráfico 9 – Duplicatas a receber, período 2007, 2008, 2009 – Elaborados pelos autores com base no balanço patrimonial da empresa ômega.

A partir da análise do gráfico enxergamos um aumento intencional dos estoques em 2009 para aproveitar o período favorável que iria surgir no cenário pós-crise. Fez-se necessário um investimento para suprir a sazonalidade que a crise de 2008 ocasionou, sendo visível no gráfico, com embasamento em nossos estudos, que facilitação do acesso ao crédito ao produtor rural garantiu a empresa um valor bem expressivo de duplicatas a receber e ainda é possível deduzir a flexibilidade do gestor a mudanças bruscas de cenários.

4.2.6 Outros Créditos e despesas de exercícios futuros

As contas outros créditos e despesas de exercícios futuros foram lançadas para que o ativo circulante total fosse visualizado.

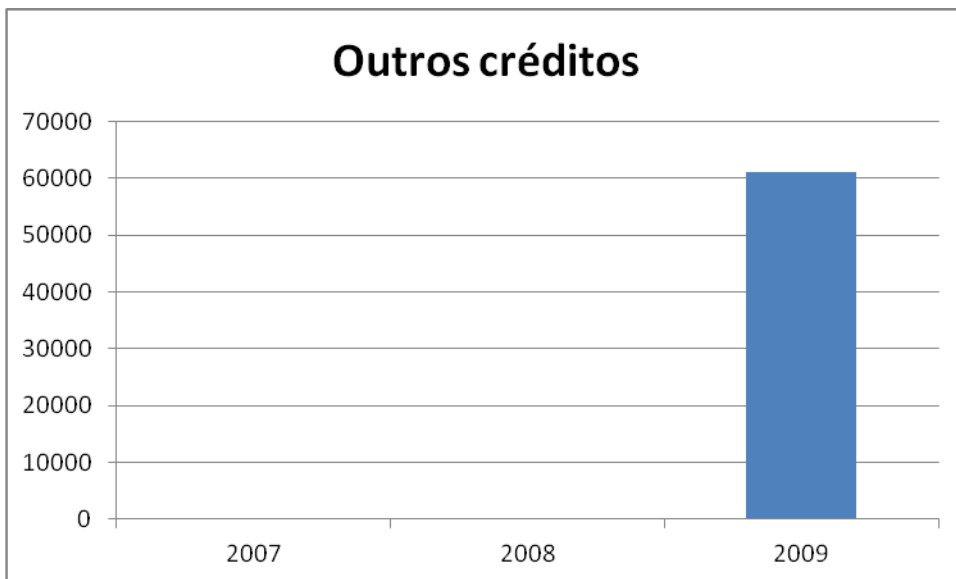


Gráfico 10 – Outros créditos disponíveis no ativo circulante da empresa ômega – Elaborado pelos autores com base no balanço patrimonial.



Gráfico 11 – Despesas de exercícios futuros da empresa ômega – Elaborado pelos autores com base no balanço patrimonial da empresa ômega.

4.3 Inflação x Correção monetária

O objetivo principal da correção monetária é juntamente com a inflação visualizar a real situação da economia de um país, subtraindo a inflação da correção monetária é possível visualizar o resultado de um período.

A correção monetários dos anos de 2007, 2008 e 2009, é superior aos valores da inflação, mostrando o resultado positivo dos períodos.

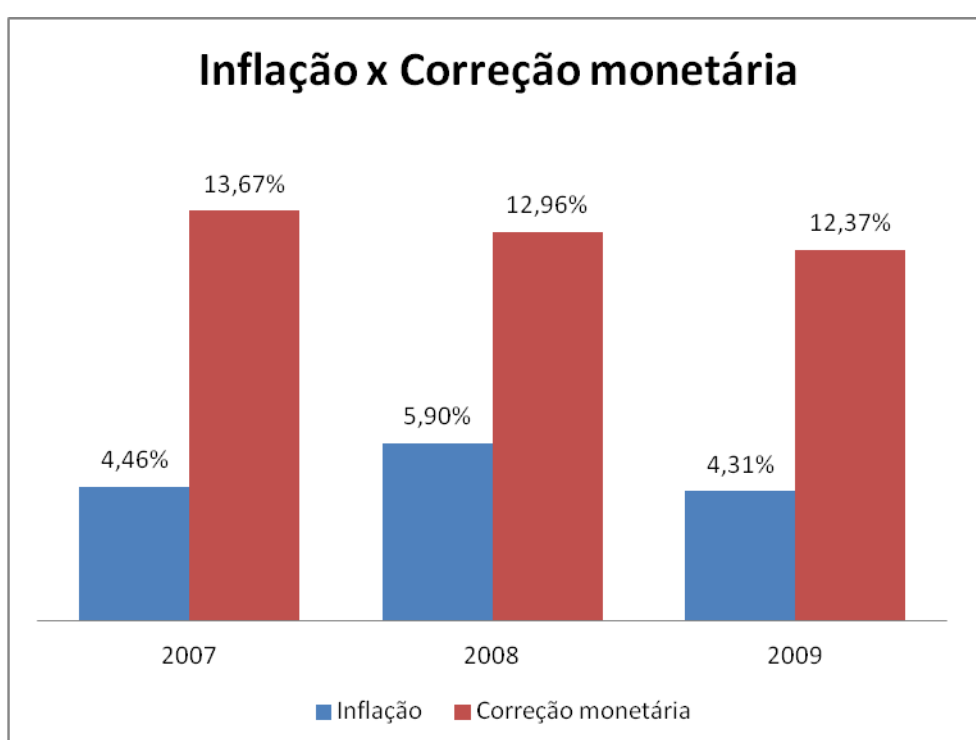


Gráfico 12 – Inflação x Correção monetária no período de 2007, 2008, 2009.

4.4 Inflação x INPC

O INPC é um índice que mostra o aumento em percentual de produtos que geralmente são destinado ao público de faixa salarial de até 6 salários mínimos, é visível que o INPC está superior ao aumento da inflação mostrando que os produtos destinados a essa acima do crescimento inflacionário.

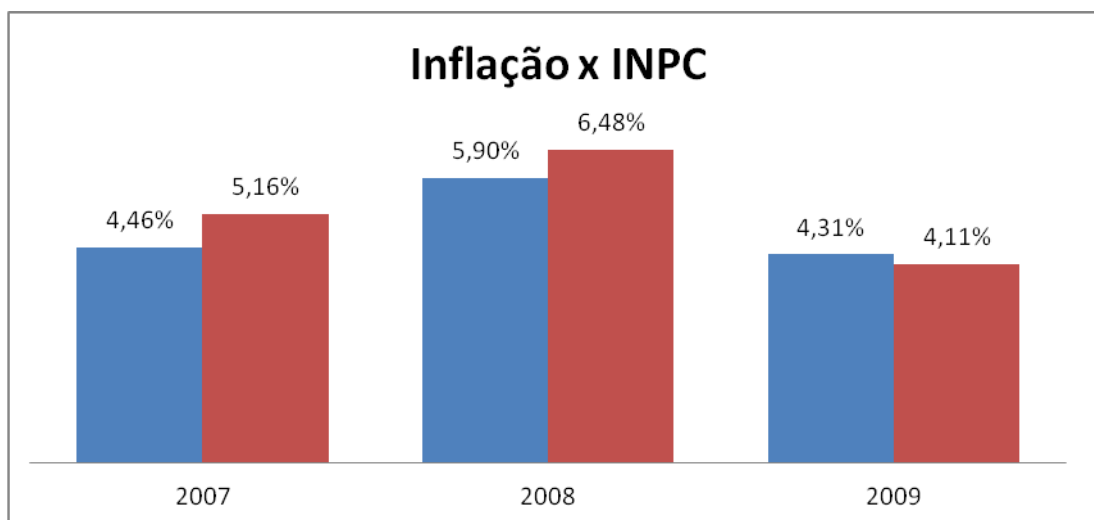


Gráfico 13 – Inflação x INPC

4.5 Fontes de Financiamento

A empresa utiliza capital próprio para financiar suas compras, porém existe do Balanço patrimonial alguns empréstimos, porém de valores irrisórios levando em consideração o faturamento.

4.5 Capital de Giro Líquido

O capital de giro líquido é o resultado da diminuição do passivo circulante do ativo circulante, ou seja, o resultado é um indicador de liquidez utilizado pelas empresas para refletir a capacidade de gerenciar as relações com fornecedores e clientes.

CGL positivo: neste caso, identificamos que a empresa está com superávit de capital de giro.

CGL negativo: neste caso, identificamos que a empresa está com deficiência em seu capital de giro, significando que parte de seu ativo circulante não está sendo financiada com seus passivos a curto prazo, denotando um quadro de risco.

O gráfico a seguir demonstra a oscilação do CGL:

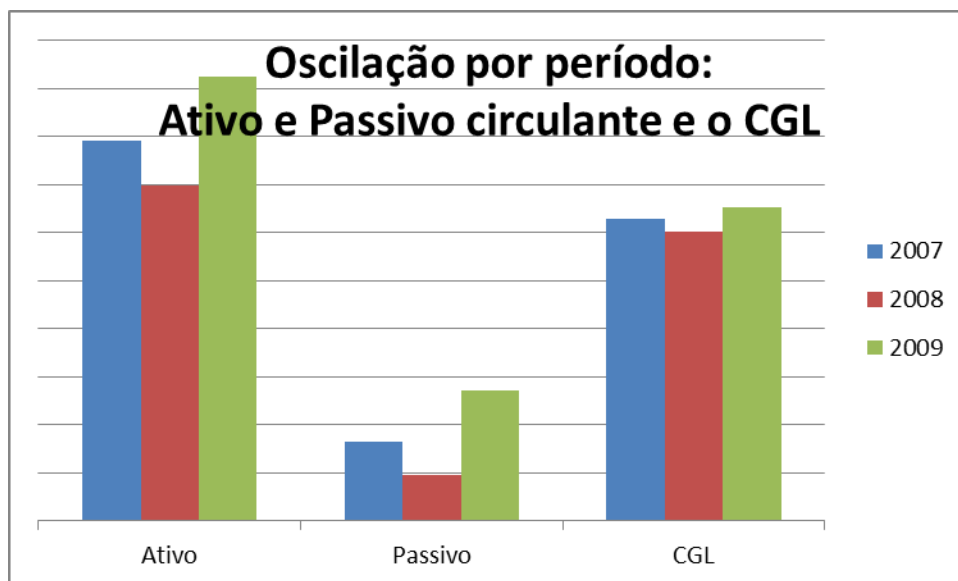


Gráfico 14 – Oscilação por período do ativo e passivo circulante e do capital de giro líquido do período de 2007, 2008, 2009.

É percebido que o ano de 2007 o gestor mantém as obrigações menores que os direitos da empresa. No ano de 2008 a empresa diminui as obrigações para garantir a liquidez da empresa. Em 2009 a empresa aumenta o ativo e diminui o passivo, aumentando seus direitos e diminuindo suas obrigações.

O capital de giro líquido que garante a liquidez da empresa, mostra-se no período de 2009 superior aos demais anos, isso é o reflexo da recuperação da economia no ano de 2009.

O gráfico a seguir mostra a variação do CGL em relação ao ativo circulante:



Gráfico 15 – Variação do CGL com relação ao ativo circulante do mesmo ano.

No ano de 2007 o CGL representa 79% do ativo circulante. Em 2008 o valor percentual do CGL foi superior ao ano de 2007, por que no momento que a crise deu início no Brasil o gestor diminuiu suas obrigações para não se endividar caso o problema se alastrasse ainda mais. Em 2009 após um ano de 2008 conturbado, cheio de incertezas, o empresário aumentou suas obrigações para garantir um injeção de gastos para a manutenção do seus empreendimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão deste TCC teve o objetivo de responder as inquietações dos pesquisadores. Estas deram direcionamentos para que fossem em busca de respostas, para isso foi utilizado uma pesquisa documental, encontrando dados no balanço patrimonial da empresa ômega,

O trabalho teve como principal objetivo avaliar o comportamento do capital de giro, dando ênfase no ativo circulante, em relação à crise de 2008. Conhecendo os efeitos causados pela crise, e dada uma sugestão aos gestores, que reservem uma parte de seu tempo para utilizar dessas ferramentas de análise, onde munidos com informações, garantam o respaldo necessário para que seu empreendimento não fique a mercê de mudanças bruscas de cenário econômico e a partir disso busquem a melhoria crescente do resultado positivo para a organização.

O resultado da pesquisa indicou que os objetivos foram alcançados, onde foi possível entender essa dinâmica comercial, compreender como a crise afeta a boa saúde das organizações e como são necessários meios para driblar problemas e melhor ainda é a percepção do gestor para aproveitar a oscilação do mercado para aumentar o número de suas vendas.

Entendido o objetivo e notável a necessidade dos gestores em ficarem atentos às mudanças de cenários e para isso é preciso “jogo de cintura” para resolver problemas.

Algumas foram às dificuldades encontradas, a exemplo, conseguir que uma empresa que nos dê livre acesso ao seu balanço patrimonial, encontrar com o gestor para que tivéssemos um bate papo informal e que ele passasse alguns pontos que são necessários no processo de decisão. Na orientação, tivemos todo o aporte necessário para concentrarmos esforços para alcançar o objetivo do pleiteados.

A pesquisa nos mostrou a necessidade de ter um gestor que compreenda toda a dinâmica comercial e que a administração é extremamente relevante em quaisquer aspectos empresarial. O administrador precisa conhecer a realidade econômica de um país, de sua região, principalmente no momento de decidir iniciar um empreendimento e adaptá-lo a realidade e poder aquisitivo de uma localidade,

sendo assim, a ciência econômica junto com a ciência administrativa, tem que “andar de mãos dadas”, para que o conhecimento seja amplo, para que resultados sejam alcançados, para que análises e mudanças sejam feitas, e com isso o administrador estará munido de ferramentas a todos os momentos que retratem a realidade, e que essas informações sejam trabalhadas da maneira corretas para que haja atingimento do objetivo do empreendimento.

O estudo foi de grande valia, pois ao avaliar as necessidades e carências dessa empresa, o gestor sendo sinônimo de competência, tem que garantir o aproveitamento a seu favor de elementos base como a gestão adequada dos seus recursos, para aproveitar momentos que para muitos é um problema, mas que nessas circunstâncias sejam encontradas soluções inovadoras e que garantam um crescimento contínuo, caso não haja essa aptidão do gestor a empresa esta fadada a ser engolida por uma crise financeira.

A crise em questão garantiu aos administradores preparados os reforços e recuperação de suas forças, e deu garantia que o trabalho que vem sendo feito deve continuar e que administração é a melhoria contínua em todos os aspectos de trabalho e para que isso flua bem, deve haver sinergia empresarial e para tal essa sinergia só funciona quando há com planejamento, organização, ação, e verificação de todos os processos e métodos trabalhados.

O objeto de estudo garantiu a nós estudantes de administração o preparo para futuros projetos e nos mostrou o quanto nosso curso é necessário para adaptarmos ao mundo capitalista, com a gestão adequada de nossos recursos para garantir uma melhor qualidade de vida.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de Contabilidade:** introdução á metodologia da contabilidade e contabilidade básica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. Estrutura e análises de balanços. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. Mercado Financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Finanças Cooperativas e Valor. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dicionário de termos financeiros e bancários. 1. ed. São Paulo: Disal, 2006.

CAMARA, dos deputados. Lei nº 9841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: www.2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9841-5-outubro-369202-publicacaooriginal-1pl.html. Acesso em: 24 de Junho. 2013.

DUARTE, Antônio Marcos. **Gestão de Riscos:** para fundos de investimentos. 1. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

FREITAS, Maria Cristina Penedo. **Os efeitos da crise global no Brasil:** aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de credito. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10415/>. Acesso em: 9 de Maio. 2013.

GABRIEL, Sergio. **A influência da micro e pequena empresa no desenvolvimento econômico do Brasil** - Subsídios para compreensão do conceito de microempresa. <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/a-influencia-da-micro-e-pequena-empresa-no-desenvolvimento-economico-do-brasil-subsidios-para-comprensao-do-conceito-de-microempresa/30694/>.

GREMAUD, AP; Vasconcelos, M. A. S; Junior, R. T. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: atlas, 1999.

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira**: fundamentos e atualidades. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. Volume 4 – direito das obrigações. 33. Ed. São Paulo: Saraiva, p. 332, 2007.

NEITZKE, Ana Cláudia Afra et al. **Gestão do Capital de Giro**: uma análise em micro e pequenas empresas. Disponível em:
[http://www.repositorio.furg.br:8080/jspui/bitstream/1/3289/1/Getão do capital de giro% 3b uma análise em micro e pequenas empresas](http://www.repositorio.furg.br:8080/jspui/bitstream/1/3289/1/Getão%20do%20capital%20de%20giro%20uma%20análise%20em%20micro%20e%20pequenas%20empresas). Acesso em: 16 de maio. 2013.

NIEMEYER, Sergio. Os juros no novo código civil e a ilegalidade da taxa selic. **Lex-Jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal**, São Paulo, V. 310, p. 64, 2004.

PADOVEZE, Clóves Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contabil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RICHARD, T. CHERRY. Administração financeira. São Paulo: Atlas, 1975.

ROSS, S; WESTERFIELD, R. W; JAFFE, J. **Administração Financeira**: corporate finance. Atlas: São Paulo, 1995.

SILVA, Jorge Cesa Ferreira da; COSTA, Judith Martins (Coord.); REALE, Miguel (Coord.). **Inadimplemento das obrigações**: comentários ao arts. 389 a 420 do código civil, São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 217, 2007.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. **Economia**: Micro e Macro. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

www.ibge.gov.br. Acesso em: 13 de Julho 2013.

WWW.TCU.GOV.BR/contasdogoverno. Acesso em: de Julho de 2013.

7 APÊNDICES

Tabela: Base de dados para extrair as informações para visualizar os resultados encontrados, período de 2007,2008 e 2009.

| A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | K | L | M | N | |
|----|---------------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|------------------|-------------------------|---------------------------|------------------|-------------------------|---------------------------|------------------|-------------------------|---------------------------|--|
| 1 | inflação por períodos | 4,46% | | | 5,90% | | | 4,31% | | | 4,89% | | | |
| 2 | Correção monetária | 13,67% | | | 12,96% | | | 12,37% | | | 13,00% | | | |
| 3 | Inpc | 5,16% | | | 6,48% | | | 4,11% | | | 5,25% | | | |
| 4 | Plano de | PERÍODO DA ANÁLISE | | | | | | | | | | | | |
| 5 | Contas | 2007 | | | 2008 | | 2007 a 2008 | | 2009 | | 2008 a 2009 | | Média | |
| 6 | Comparação percentual | Valor Absoluto | Valor rel. do ativo | Valor rel. do período | Valor Absoluto | Valor relativo do ativo | Valor relativo do período | Valor Absoluto | Valor relativo do ativo | Valor relativo do período | Valor Absoluto | Valor relativo do ativo | Valor relativo do período | |
| 7 | ativo | R\$ 1.584.511,27 | 100,00 | - | R\$ 1.395.459,19 | 100,00 | -11,93 | R\$ 1.849.755,57 | 100,00 | 32,56 | R\$ 1.609.908,68 | 100,00 | 10,31 | |
| 8 | caixa | R\$ 612.918,65 | 38,68 | - | R\$ 601.022,75 | 43,07 | -1,94 | R\$ 460.730,52 | 24,91 | -23,34 | R\$ 558.223,97 | 35,55 | -12,64 | |
| 9 | bancos conta movimento | R\$ 26.379,20 | 1,66 | - | R\$ 2.892,64 | -0,21 | -110,97 | R\$ 22.009,01 | 1,19 | -860,86 | R\$ 15.165,19 | 0,88 | -485,91 | |
| 10 | aplicações financeiras de | R\$ 4.121,96 | 0,26 | - | R\$ 11.520,19 | 0,83 | 179,48 | R\$ 9.916,88 | 0,54 | -13,92 | R\$ 8.519,68 | 0,54 | 82,78 | |
| 11 | duplicatas a receber | R\$ 87.205,66 | 5,50 | - | R\$ 51.333,84 | 3,68 | -41,13 | R\$ 458.217,35 | 24,77 | 792,62 | R\$ 198.918,95 | 11,32 | 375,74 | |
| 12 | estoques | R\$ 840.777,24 | 53,06 | - | R\$ 734.475,05 | 52,63 | -12,64 | R\$ 837.840,01 | 45,29 | 14,07 | R\$ 804.364,10 | 50,33 | 0,71 | |
| 13 | outros créditos | - | - | - | - | - | - | R\$ 61.041,80 | 3,30 | - | R\$ 61.041,80 | 3,30 | - | |
| 14 | despesas exercícius | R\$ 13.108,56 | 0,83 | - | - | - | - | - | - | - | R\$ 13.108,56 | 0,83 | - | |

8 ANEXOS

8.1 Anexo A

Legislação Informatizada - Lei nº 9.841, de 5 de Outubro de 1999 - Publicação Original

Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO

Art. 1º Nos termos dos arts. 170 e 179 da Constituição Federal, é assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, em conformidade com

o que dispõe esta Lei e a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e alterações posteriores.

Parágrafo único. O tratamento jurídico simplificado e favorecido, estabelecido nesta Lei, visa facilitar a constituição e o funcionamento da microempresa e da empresa de pequeno porte, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, ressalvado o disposto no art. 3º, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 1º No primeiro ano de atividade, os limites da receita bruta de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica ou firma mercantil individual tiver exercido atividade, desconsideradas as frações de mês.

§ 2º O enquadramento de firma mercantil individual ou de pessoa jurídica em microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§ 3º O Poder Executivo atualizará os valores constantes dos incisos I e II com base na variação acumulada pelo IGP-DI, ou por índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 3º Não se inclui no regime desta Lei a pessoa jurídica em que haja participação:

I - de pessoa física domiciliada no exterior ou de outra pessoa jurídica;

II - de pessoa física que seja titular de firma mercantil individual ou sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado na forma desta Lei, salvo se a participação não for superior a dez por cento do capital social de outra empresa desde que a receita bruta global anual ultrapasse os limites de que tratam os incisos I e II do art. 2º.

Parágrafo único. O disposto no inciso II deste artigo não se aplica à participação de microempresas ou de empresas de pequeno porte em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras formas de associação assemelhadas, inclusive as de que trata o art. 18 desta Lei.

CAPÍTULO III DO ENQUADRAMENTO

Art. 4º A pessoa jurídica ou firma mercantil individual que, antes da promulgação desta Lei, preenchia os seus requisitos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, excetuadas as já enquadradas no regime jurídico anterior, comunicará esta situação, conforme o caso, à Junta Comercial ou ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para fim de registro, mediante simples comunicação, da qual constarão:

I - a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte;

II - o nome e demais dados de identificação da empresa;

III - a indicação do registro de firma mercantil individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;

IV - a declaração do titular ou de todos os sócios de que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, o limite fixado no inciso I ou II do art. 2º, conforme o caso, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º.

Art. 5º Tratando-se de empresa em constituição, deverá o titular ou sócios, conforme o caso, declarar a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, que a receita bruta anual não excederá, no ano da constituição, o limite fixado no inciso I ou II do art. 2º, conforme o caso, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º desta Lei.

Art. 6º O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de firmas mercantis individuais e de sociedades que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o arquivamento de suas alterações, é dispensada das seguintes exigências:

I - certidão de inexistência de condenação criminal, exigida pelo inciso II do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal;

II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza, salvo no caso de extinção de firma mercantil individual ou de sociedade.

Parágrafo único. Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte

o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art. 7º Feita a comunicação, e independentemente de alteração do ato constitutivo, a microempresa adotará, em seguida ao seu nome, a expressão "microempresa" ou, abreviadamente, "ME", e a empresa de pequeno porte, a expressão "empresa de pequeno porte" ou "EPP".

Parágrafo único. É privativo de microempresa e de empresa de pequeno porte o uso das expressões de que trata este artigo.

CAPÍTULO IV

DO DESENQUADRAMENTO E REENQUADRAMENTO

Art. 8º O desenquadramento da microempresa e da empresa de pequeno porte dar-se-á quando excedidos ou não alcançados os respectivos limites de receita bruta anual fixados no art. 2º.

§ 1º Desenquadrada a microempresa, passa automaticamente à condição de empresa de pequeno porte, e esta passa à condição de empresa excluída do regime desta Lei ou retorna à condição de microempresa.

§ 2º A perda da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, em decorrência do excesso de receita bruta, somente ocorrerá se o fato se verificar durante dois anos consecutivos ou três anos alternados, em um período de cinco anos.

Art. 9º A empresa de pequeno porte reenquadrada como empresa, a microempresa reenquadrada na condição de empresa de pequeno porte e a empresa de pequeno porte reenquadrada como microempresa comunicarão este fato ao órgão de registro, no prazo de trinta dias, a contar da data da ocorrência.

Parágrafo único. Os requerimentos e comunicações previstos neste Capítulo e no Capítulo III poderão ser feitos por via postal, com aviso de recebimento.

CAPÍTULO V

DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E TRABALHISTA

Art. 10. O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados, além dos previstos neste Capítulo, para o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista por parte das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 11. A microempresa e a empresa de pequeno porte são dispensadas do cumprimento das obrigações acessórias a que se referem os arts. 74; 135, § 2º; 360; 429 e 628, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não dispensa a microempresa e a empresa de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

II - apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - Rais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged;

III - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;
IV - apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - Gfip.

Art. 12. Sem prejuízo de sua ação específica, as fiscalizações trabalhista e previdenciária prestarão, prioritariamente, orientação à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Parágrafo único. No que se refere à fiscalização trabalhista, será observado o critério da dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado, ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou ainda na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Art. 13. Na homologação de rescisão de contrato de trabalho, o extrato de conta vinculada ao trabalhador relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS poderá ser substituído pela Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - Gfip pré-impressa no mês anterior, desde que sua quitação venha a ocorrer em data anterior ao dia dez do mês subsequente a sua emissão.

CAPÍTULO VI DO APOIO CREDITÍCIO

Art. 14. O Poder Executivo estabelecerá mecanismos fiscais e financeiros de estímulo às instituições financeiras privadas no sentido de que mantenham linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Art. 15. As instituições financeiras oficiais que operam com crédito para o setor privado manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, devendo o montante disponível e suas condições de acesso ser expressas, nos respectivos documentos de planejamento, e amplamente divulgados.

Parágrafo único. As instituições de que trata este artigo farão publicar, semestralmente, relatório detalhado dos recursos planejados e aqueles efetivamente utilizados na linha de crédito mencionada neste artigo, analisando as justificativas do desempenho alcançado.

Art. 16. As instituições de que trata o art. 15, nas suas operações com as microempresas e com as empresas de pequeno porte, atuarão, em articulação com as entidades de apoio e representação daquelas empresas, no sentido de propiciar mecanismos de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica articulados com as operações de financiamento.

Art. 17. Para fins de apoio creditício à exportação, serão utilizados os parâmetros de enquadramento de empresas, segundo o porte, aprovados pelo Mercado Comum do Sul - MERCOSUL para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Art. 18. (VETADO).

CAPÍTULO VII DO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Art. 19. O Poder Executivo estabelecerá mecanismos de incentivos fiscais e financeiros, de forma simplificada e descentralizada, às microempresas e às empresas de pequeno porte, levando em consideração a sua capacidade de geração e manutenção de ocupação e emprego, potencial de competitividade e de capacitação tecnológica, que lhes garantirão o crescimento e o desenvolvimento.

Art. 20. Dos recursos federais aplicados em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica na área empresarial, no mínimo vinte por cento serão destinados, prioritariamente, para o segmento da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Parágrafo único. As organizações federais atuantes em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica deverão destacar suas aplicações voltadas ao apoio às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Art. 21. As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido no que diz respeito ao acesso a serviços de metrologia e certificação de conformidade prestados por entidades tecnológicas públicas.

Parágrafo único. As entidades de apoio e de representação das microempresas e das empresas de pequeno porte criarão condições que facilitem o acesso aos serviços de que trata o art. 20.

Art. 22. O Poder Executivo diligenciará para que se garantam às entidades de apoio e de representação das microempresas e das empresas de pequeno porte condições para capacitarem essas empresas para que atuem de forma competitiva no mercado interno e externo, inclusive mediante o associativismo de interesse econômico.

Art. 23. As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido quando atuarem no mercado internacional, seja importando ou exportando produtos e serviços, para o que o Poder Executivo estabelecerá mecanismos de facilitação, desburocratização e capacitação.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta, intervenientes nas atividades de controle da exportação e da importação, deverão adotar procedimentos que facilitem as operações que envolvam as microempresas e as empresas de pequeno porte, otimizando prazos e reduzindo custos.

Art. 24. A política de compras governamentais dará prioridade à microempresa e à empresa de pequeno porte, individualmente ou de forma associada, com processo especial e simplificado nos termos da regulamentação desta Lei.

CAPÍTULO VIII DA SOCIEDADE DE GARANTIA SOLIDÁRIA

Art. 25. É autorizada a constituição de Sociedade de Garantia Solidária, constituída sob a forma de sociedade anônima, para a concessão de garantia a seus sócios participantes, mediante a celebração de contratos.

Parágrafo único. A sociedade de garantia solidária será constituída de sócios participantes e sócios investidores:

I - os sócios participantes serão, exclusivamente, microempresas e empresas de pequeno porte com, no mínimo, dez participantes e participação máxima individual de dez por cento do capital social;

II - os sócios investidores serão pessoas físicas ou jurídicas, que efetuarão aporte de capital na sociedade, com o objetivo exclusivo de auferir rendimentos, não podendo sua participação, em conjunto, exceder a quarenta e nove por cento do capital social.

Art. 26. O estatuto social da sociedade de garantia solidária deve estabelecer:
I - finalidade social, condições e critérios para admissão de novos sócios participantes e para sua saída e exclusão;

II - privilégio sobre as ações detidas pelo sócio excluído por inadimplência;
III - proibição de que as ações dos sócios participantes sejam oferecidas como garantia de qualquer espécie; e IV - estrutura, compreendendo a Assembléia-Geral, órgão máximo da sociedade, que elegerá o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, que, por sua vez, indicará a Diretoria Executiva.

Art. 27. A sociedade de garantia solidária é sujeita ainda às seguintes condições:

I - proibição de concessão a um mesmo sócio participante de garantia superior a dez por cento do capital social ou do total garantido pela sociedade, o que for maior;

II - proibição de concessão de crédito a seus sócios ou a terceiros; e III - dos resultados líquidos, alocação de cinco por cento, para reserva legal, até o limite de vinte por cento do capital social; e de cinquenta por cento da parte correspondente aos sócios participantes para o fundo de risco, que será constituído também por aporte dos sócios investidores e de outras receitas aprovadas pela Assembleia-Geral da sociedade.

Art. 28. O contrato de garantia solidária tem por finalidade regular a concessão da garantida pela sociedade ao sócio participante, mediante o recebimento da taxa de remuneração pelo serviço prestado, devendo fixar as cláusulas necessárias ao cumprimento das obrigações do sócio beneficiário perante a sociedade.

Parágrafo único. Para a concessão da garantia, a sociedade de garantia solidária poderá exigir a contragarantia por parte do sócio participante beneficiário.

Art. 29. As microempresas e as empresas de pequeno porte podem oferecer as suas contas e valores a receber como lastro para a emissão de valores mobiliários a serem colocados junto aos investidores no mercado de capitais.

Art. 30. A sociedade de garantia solidária pode conceder garantia sobre o montante de recebíveis de seus sócios participantes, objeto de securitização, podendo também prestar o serviço de colocação de recebíveis junto a empresa de securitização especializada na emissão dos títulos e valores mobiliários transacionáveis no mercado de capitais.

Parágrafo único. O agente fiduciário de que trata o *caput* não tem direito de regresso contra as empresas titulares dos valores e contas a receber, objeto de securitização.

Art. 31. A função de registro, acompanhamento e fiscalização das sociedades de garantia solidária, sem prejuízo das autoridades governamentais competentes, poderá ser exercida pelas entidades vinculadas às microempresas e às empresas de pequeno porte, em especial o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, mediante convênio a ser firmado com o Executivo.

CAPÍTULO IX DAS PENALIDADES

Art. 32. A pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitear seu enquadramento ou se mantiver enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

I - cancelamento de ofício de seu registro como microempresa ou como empresa de pequeno porte;

II - aplicação automática, em favor da instituição financeira, de multa de vinte por cento sobre o valor monetariamente corrigido dos empréstimos obtidos com base nesta Lei, independentemente do cancelamento do incentivo de que tenha sido beneficiada.

Art. 33. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios desta Lei caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Os órgãos fiscalizadores de registro de produtos procederão a análise para inscrição e licenciamento a que estiverem sujeitas as microempresas e as empresas de pequeno porte, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de entrega da documentação ao órgão.

Art. 35. As firmas mercantis individuais e as sociedades mercantis e civis enquadravam como microempresa ou empresa de pequeno porte que, durante cinco anos, não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuições para com a Fazenda Nacional, bem como para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 36. A inscrição e alterações da microempresa e da empresa de pequeno porte em órgãos da Administração Federal ocorrerão independentemente da situação fiscal do titular, sócios, administradores ou de empresas de que estes participem.

Art. 37. As microempresas e as empresas de pequeno porte são isentas de pagamento de preços, taxas e emolumentos remuneratórios de registro das declarações referidas nos arts. 4º, 5º e 9º desta Lei.

Art. 38. Aplica-se às microempresas o disposto no § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passando essas empresas, assim como as pessoas físicas capazes, a serem admitidas a proporem ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

Art. 39. O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes normas:

I - os emolumentos devidos ao tabelião de protesto não excederão um por cento do valor do título, observado o limite máximo de R\$ 20,00 (vinte reais), incluídos neste limite as despesas de apresentação, protesto, intimação, certidão e quaisquer outras relativas à execução dos serviços;

II - para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto será condicionada à efetiva liquidação do cheque;

III - o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado;

IV - para os fins do disposto no *caput* e nos incisos I, II e III, caberá ao devedor provar sua qualidade de microempresa ou de empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos de títulos, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso. Art. 40. Os arts. 29 e 31 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente."

"§ 1º O fornecimento da certidão será suspenso caso se desatenda ao disposto no *caput* ou se forneçam informações de protestos cancelados." (NR)

"§ 2º Dos cadastros ou bancos de dados das entidades referidas no *caput* somente serão prestadas informações restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente protestados cujos registros não foram cancelados." (NR)

"§ 3º Revogado."

"Art. 31. Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito." (NR)

Art. 41. Ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior compete acompanhar e avaliar a implantação efetiva das normas desta Lei, visando seu cumprimento e aperfeiçoamento.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto neste artigo, o Poder Executivo é autorizado a criar o Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Art. 42. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as Leis nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, e nº 8.864, de 28 de março de 1994.

Brasília, 5 de outubro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Francisco Dornelles

Waldeck Ornélas

Alcides Lopes Tápias

Martus Tavares

Ronaldo Mota Sardenber